



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
QUARTA PROCURADORIA

PARECER: 383/2023–G4P/ML

ASSUNTO: EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO

REFERÊNCIA: PROCESSO Nº 36572/2018-e

EMENTA: 1. CONCURSO PÚBLICO. SECRETARIA DE ESTADO DO TRABALHO, DESENVOLVIMENTO SOCIAL, MULHERES, IGUALDADE RACIAL E DIREITOS HUMANOS DO DF – SEDESTMIDH (ATUAL SEDES/DF). **EDITAL Nº 01/2018.** CONCURSO PÚBLICO DESTINADO AO PROVIMENTO DE CARGOS DE NÍVEL SUPERIOR, BEM COMO FORMAÇÃO DE CADASTRO RESERVA PARA O CARGO DE ESPECIALISTA EM ASSISTÊNCIA SOCIAL, NAS ESPECIALIDADES: EDUCADOR SOCIAL, DIREITO E LEGISLAÇÃO, PEDAGOGIA, PSICOLOGIA E SERVIÇO SOCIAL, DA CARREIRA PÚBLICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO QUADRO DE PESSOAL DO DF. ANÁLISE DO EDITAL. EXAME DE DENÚNCIAS APRESENTADAS JUNTO AO TCDF E AO MPC/DF. DECISÃO Nº 467/2020: IMPROCEDÊNCIA DAS DEMANDAS. **OFÍCIO Nº 201/2020-MPC/PG E ANEXOS: POSSÍVEIS IRREGULARIDADES NO CONCURSO.** DESPACHO SINGULAR Nº 146/2023 GCRR. CONHECIMENTO. **NESTA FASE: ACOMPANHAMENTO DO CERTAME.**

2. UNIDADE TÉCNICA SUGERE **CONSIDERAR SUPERADAS AS POSSÍVEIS IRREGULARIDADES** NO CONCURSO, BEM COMO TOMAR CONHECIMENTO DO **RESULTADO, DEVIDAMENTE HOMOLOGADO, DO CERTAME** E O ARQUIVAMENTO DO FEITO.

3. PARECER **CONVERGENTE** DO MPC/DF.

1. Cuidam os autos de conhecimento e análise do Edital nº 01, publicado no DODF de 27/11/2018, para realização de concurso público destinado ao provimento de cargos de nível superior, bem como formação de cadastro reserva, na então Secretaria de Estado do Trabalho, Desenvolvimento Social, Mulheres, Igualdade Racial e Direitos Humanos do Distrito Federal – SEDESTMIDH, atual Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social – SEDES, para o cargo de Especialista em Assistência Social, nas especialidades: Educador Social, Direito e Legislação, Pedagogia, Psicologia e Serviço Social, da Carreira Pública de Assistência Social do quadro de pessoal do DF¹.

2. Em sua última manifestação, por meio do **Decisum** nº 467/2020², o Tribunal se posicionou da seguinte forma:

ML22

¹ Peça 1 – e-DOC FF0FACFD

² Peça 88 – eDOC DE1EB14E



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
QUARTA PROCURADORIA

“O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto do Relator, decidiu:

I – tomar conhecimento: a) da documentação carreada aos autos pela Ouvidoria do TCDF (Peças 49/56 e 59/67); b) do Ofício n.º 106/2019-G4P e anexo, oriundo do Ministério Público junto à Corte (Peças 69 e 70); c) dos Editais SEDES n.ºs 9 a 19, todos de 2019, que integram as Peças 71 a 81;

II – no mérito, considerar improcedentes, por insubsistência própria de suas razões: a) as demandas formuladas por cidadãos que, via Ouvidoria e Ministério Público junto à Corte, se insurgiram contra a parte final do subitem 10.5 do Edital n.º 01-SEDESTMIDH, publicado no DODF de 27.11.2018, tendo em vista que o regramento jurídico, notadamente os princípios da legalidade, moralidade, publicidade e eficiência, assim como os demais dispositivos editalícios não podem ser vilipendiados para permitir a realização de Curso de Formação Profissional por candidatos que restaram reprovados em etapas anteriores do concurso público para Especialista em Assistência Social, especialidade Serviço Social, ocasião em que, por expressa disposição de edital, foram eliminados do certame (subitens 11.3 e 11.6 do Edital n.º 01/2018 e subitens 1.3 e 3.1 dos Editais n.ºs 13 e 15/2019, respectivamente); b) a demanda formulada por cidadãos ao Ministério Público junto à Corte, que se opuseram à correção da Prova Discursiva do concurso público para o cargo de Especialista em Assistência Social, especialidade Serviço Social, notadamente em face da inexistência de conflito entre o edital e a prova discursiva e tampouco de quebra do princípio da impessoalidade, bem como pelo fato de ter restado esclarecido, no bojo do Processo-TCDF n.º 17.890/2019-e, de conteúdo similar ao pleito de que ora se cuida, que os recursos analisados pela banca examinadora apontaram os erros dos candidatos, em consonância com o subitem 1.8 do Edital n.º 14-SEDES, publicado no DODF de 24.7.2019;

III – dar conhecimento desta decisão aos demandantes, à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social do Distrito Federal e ao Ministério Público junto à Corte de Contas do Distrito Federal;

IV – autorizar o retorno dos autos à SEFIPE para continuidade do acompanhamento do concurso público. (...) (Grifos acrescidos)

3. Após a Decisão supracitada, a Terceira Divisão de Fiscalização de Pessoal – DIFIPE3, na Informação nº 104/2022³, analisou os principais aspectos relacionados à **regularidade do certame**. Consequentemente, advertiu que as eventuais falhas relacionadas ao prosseguimento do concurso **foram devidamente sanadas**.

4. Ao final, a Unidade Técnica sugeriu ao Plenário⁴:

“I – tomar conhecimento:

a) do Ofício n.º 201/2020 - MPC/PG e anexos (Peça 97/100), encaminhado pelo Ministério Público junto ao Tribunal de Contas do Distrito Federal, considerando superada a matéria nele contida;

b) dos editais que integram as Peças 101 a 119, em especial do Edital n.º 38/2020, publicado no DODF de 15/09/2020, que divulgou o resultado final devidamente homologado do concurso público para o provimento de vagas no cargo de Especialista em Assistência Social, nas especialidades: Educador Social, Direito e Legislação,

³ Peça 120 – e-DOC 515972CE

⁴ Peça 120 – e-DOC 515972CE, fl. 5



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
QUARTA PROCURADORIA

Pedagogia, Psicologia e Serviço Social, da Carreira Pública de Assistência Social do Distrito Federal, regulado pelo Edital n.º 01 – SEDESTMIDH, publicado no DODF de 27/11/2018;

*II – autorizar o **arquivamento** dos presentes autos.” (Grifos acrescidos).*

5. Em atenção ao Despacho Singular n.º 146/2023 – GCRR⁵, os autos foram encaminhados a este MPC/DF para emissão de Parecer.

6. **É o que basta relatar. Passo a opinar.**

7. **Ab initio**, importa mencionar que o objeto tratado neste **Parecer** é distinto do disposto na **Representação n.º 7/2023-G4P/ML**, tratada no Processo n.º 00600-00005163/2023-13. Isso porque, sucintamente, a referida Representação cuida de eventual ilegalidade na inclusão de cláusula de barreira no instrumento convocatório que teria eliminado candidatos aprovados em etapas anteriores do concurso regido pelo **Edital n.º 1/2018⁶**, **que visava ao provimento de vagas e formação de cadastro reserva para o cargo de Técnico em Assistência Social, especialidades Agente Social e Cuidador Social, da carreira pública de Assistência Social do Distrito Federal.**

8. Por outro lado, quanto aos autos em análise, imperioso consignar que este MPC/DF encaminhou o Ofício n.º 201/2020-GPG⁷ ao Relator do presente feito, o i. Conselheiro **Renato Rainha**, com denúncias que reportaram **supostas irregularidades** em decorrência do **possível descumprimento** de decisão judicial⁸ por parte do Instituto Brasil de Educação – IBRAE, banca organizadora do concurso.

9. Em síntese, o Ofício do MPC/DF versou sobre denúncias oferecidas por candidatos de que a banca organizadora do certame **não estaria** cumprindo determinação judicial que anulou uma questão da prova e determinou o recálculo das notas dos referidos candidatos. Na denúncia, os candidatos pleitearam ao **Parquet a extensão administrativa** de pontos relativos a questões anuladas pelo poder judiciário.

10. Conforme § 4º da Informação n.º 104/2022, a Unidade Técnica alegou que o tema **foi objeto de debate** no âmbito da Corte de Contas⁹. Inclusive, houve manifestação do MPC/DF, mediante o Parecer n.º 84/2021-G4P/ML, **posterior**, portanto, ao Ofício n.º 201/2020-GPG, **convergindo** com a análise empreendida pelo Corpo Técnico. Naquele momento processual, por meio da Decisão Reservada n.º 76/2021¹⁰, o TCDF entendeu que **a denúncia era improcedente**:

*“O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto do Relator, **decidiu**: (...) II – considerar: a) atendida a diligência objeto do item III da Decisão Reservada n.º*

⁵ Peça 122 – e-DOC DAA39A08

⁶ Publicado no DODF n.º 225, de 27/11/2018, p. 54/61

⁷ Peças 97/100.

⁸ Processo TJDF-T – Agravo de Instrumento n.º 0700493-32.2020.8.07.9000

⁹ Processo n.º 00600-00005361/2020-26-e

¹⁰ Peça 51 – eDOC 90FA370C.



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
QUARTA PROCURADORIA

173/2020; b) improcedente a denúncia objeto dos autos; III – levantar o sigilo atribuído aos autos e ao Processo correlacionado nº 00600-00005360/2020-81-e, que contém as peças originais da denúncia. (...)” Grifos acrescidos.

11. Diante disso, a Unidade Técnica entendeu que não são necessárias medidas adicionais quanto ao expediente oriundo do MPC/DF, avaliação esta que conta com a anuência Ministerial.

12. A respeito da condução do certame, o Corpo Técnico juntou aos autos os editais¹¹ referentes às fases intermediárias do concurso público, bem como o Edital nº 38/2020¹² que divulgou o resultado do certame, devidamente homologado, nos quais não foram detectadas irregularidades.

13. Assim, considerando a regularidade do certame e a ausência de elementos que indiquem falhas na sua condução, **convirjo** com o entendimento da Instrução, podendo os autos serem arquivados.

14. **Ex positis**, o MPC/DF **coaduna** com as conclusões alcançadas pela Unidade Técnica e, desse modo, propõe ao Plenário que **acolha** as sugestões contidas na Informação nº 104/2022.

É o Parecer.

Brasília, 4 de maio de 2023.


Marcos Felipe Pinheiro Lima
Procurador-Geral

¹¹ Peças 101 a 118

¹² Peça 119 – eDOC 2B3D9C01